

A CLEMÊNCIA DE SÊNECA: QUESTÕES MORAIS NA POLÍTICA DO IMPÉRIO ROMANO (SÉC. I D.C.)

Alexssandra Silva¹, Adriele Andrade Ceola²

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em História, Centro Universitário de Maringá – Unicesumar. PIC-UNICESUMAR. aleesperanosenor@hotmail.com

² orientadora. Graduada e mestre em história, professora de licenciatura em História, UNICESUMAR-EAD. Membro pesquisadora do Grupo de pesquisa em Antiguidade e Tardo-Antiguidade, STVDIA-UEM.

RESUMO

A política é um elemento inerente ao ser humano, pois todas as sociedades – desde a Antiguidade aos dias atuais – se pautaram em algum modelo político para se consolidar. Quando mencionamos o caso da moral política, entramos em um assunto que sempre foi, e continua sendo, delicado. *O Tratado sobre a Clemência*, escrito por Sêneca – fundamentado na filosofia estoica e direcionado ao imperador Nero – contém conselhos e descrições morais, vinculado ao pensamento político romano sobre ser um bom governante. Nesse sentido, nossa pesquisa terá como propósito encontrar as principais virtudes esperadas de um governante no início do período imperial romano, com base no *O Tratado sobre a Clemência*, para servir de suporte à compreensão do desenvolvimento da política romana e a herança da importância das condutas morais nos sistemas políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Sêneca; Estoicismo; Principado; Antiguidade.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se propõe a estudar sobre as questões morais na Antiguidade Romana Clássica, considerando que a política na Roma Antiga sempre foi tratada com seriedade por seus cidadãos. Ademais, os modelos políticos romanos baseados em “boas” condutas – a República e o Império – foram influenciadores de muitos sistemas políticos em diferentes sociedades e períodos. Isso, pois, a política é um elemento inerente ao homem, pois todas as comunidades humanas desenvolveram, ou ainda desenvolvem, algum sistema de organização da vida coletiva.

O estoicismo tratava-se de uma filosofia com proposta ética e de compreensão do mundo, cujo conceito mais elevado em sua doutrina era o ideal de *ataraxia* ou apatia aos males e ações externas, que fugiam do controle ou que não estivessem sob o controle do indivíduo. Ao deixar de lado as inquietações externas, o sujeito vivia de acordo ou em harmonia com a natureza. Nesse viés, o que sobressaía na filosofia estoica era a moderação das paixões e o bem individual. Dessa forma,

O que prevalece, todavia, é o cuidado consigo mesmo; o estoicismo é menos uma moral que uma paradoxal receita de felicidade. Ele nunca se esquece que, quando nossa situação parece desesperadora, temos sempre a mão um remédio soberano, o suicídio, que Sêneca (que iria morrer pelas próprias mãos um ou dois anos após escrever essas linhas) considera com nítida boa vontade. (VEYNE, 2016, p.48).

Para Veyne (2016, p. 50), o estoicismo era um método de auto transfiguração, e a meta era a busca da felicidade digna, de em nada se perturbar.

A doutrina estoica se desenvolveu na Roma Imperial, pois ela instruía a condução da política por um sábio; e Roma, sendo contrária a ideia de monarquia, ansiava por um governante moderado e virtuoso.

A virtude - a *virtus* - era um valor fundamental para os romanos. Segundo Onesko (2017, p.63) o estoicismo “vislumbrava um Estado Governado por sábios”. Isso significa que o homem sábio e direito, possuía a *virtus* como parte integrante de sua conduta; o estoicismo como doutrina política tornava o sistema do Principado equilibrado, sob o comando de um *princeps* filósofo e clemente.

O *princeps* deveria ser o primeiro dos cidadãos, com todas as virtudes necessárias para o exercício do bom governo, sendo as principais delas a *Iustitia*, a *Clementia*, a *Virtus*, *Moderatio* e a *Pietas*. Os costumes respeitados na observação da moral consolidaram a obediência e aceitação de toda hierarquia social; como na citação a seguir:

O estoicismo ia ao encontro desta mentalidade, pelo fato dos estoicos terem como fundamento da moral a conformidade com a natureza, ou seja, com tudo que é natural ao próprio homem e à ordem do mundo material e divino, bem como à cidade (ONESKO, 2017, p.64).

Isto é, governar de acordo com o estoicismo, significava um bom funcionamento do “organismo vivo” que representava Roma na Antiguidade; uma vez que o imperador ocupava a “cabeça” do corpo, enquanto os demais cidadãos faziam parte do restante. Isso significa que uma cabeça que conduzia com ética e sabedoria, agradaria aos deuses e favoreceria o Estado Romano.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho está delimitado ao contexto de governo do Imperador Nero (37 d.C-68 d.C.), e tem como fonte documental a obra *O tratado sobre a Clemência*, de Lucius Aneu Sêneca – um dos mais conhecidos filósofos estoicos. Sêneca tinha como incumbência preparar e conduzir Nero para o caminho de imperador filósofo.

O *Tratado sobre a Clemência* escrito por Sêneca foi uma obra fundamentada na filosofia estoica e vinculada ao pensamento político romano. Ela contém conselhos morais para direcionar Nero no exercício do poder.

Nesse sentido, iremos nos atentar aos aspectos de análise de conteúdo da obra, levando em conta o contexto histórico, o autor e o propósito de sua criação. Isso significa que a pesquisa estará paramentada na metodologia de Finley (1912); isto é, partimos da proposta que todo material deve ser estudado levando em conta a obra, o contexto histórico, o autor, o público e o seu propósito.

De acordo com Bloch (2001), o objeto do historiador são os homens e a problematização dos contextos históricos de forma a relacionar o diálogo do passado com o presente sem julgamento.

Toda e qualquer obra da Antiguidade foi criada com um propósito e para um público inserido em um contexto histórico. Assim, da mesma forma que Farvesani (2014), buscaremos também compreender as questões políticas e morais na Roma de Sêneca.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. A CLEMÊNCIA DE SÊNeca: QUESTÕES MORAIS NA POLÍTICA DO IMPÉRIO ROMANO

O pensamento de Sêneca na obra *Tratado sobre a Clemência* foi uma doutrina de autodomínio e poder, que aliava a política e a moral, ao apresentar na clemência uma forma para o imperador Nero governar com autoridade e moderação. Este tratado

senequiano pode ser lido ainda como um espelho de príncipe, a fim de instruir o *princeps* a se inclinar às virtudes e abandonar as tendências tirânicas.

Para o filósofo, o *princeps* clemente serviria para tornar as coisas mais amenas e organizadas na sociedade. Portanto, buscava-se ensinar o governante sobre a importância do lugar de cada membro deste “organismo vivo”, para a boa condução de Roma. Como nas palavras de Sêneca: “Para este rei ninguém é tão pouco que não sinta a sua perda; qualquer pessoa que seja faz parte do império.” (SÊNeca, *Tratado sobre a Clemência*, 2018, p.70).

O poder e o domínio que o *princeps* exercia eram considerados grandiosos, o que poderia leva-lo ao abuso destes. Para evitar a corrupção e tirania, o filósofo aconselhou o imperador a se fundamentar nas leis da natureza. Como na passagem a seguir:

Evidentemente, reconhecemos que esta qualidade é tanto mais formosa e mais magnificente quanto maior for o poder que exercerá, que não é necessário ser nocivo se for constituído segundo a lei da natureza. (SENÊCA, *Tratado sobre a Clemência*, 2018, p.29).

A razão da moral estoica englobava o modo de agir e ver as coisas, ser clemente era ser *humanitas*. A clemência abominava a crueldade e atos de tirania, como Sêneca escreveu em seu tratado:

O que faz a sevícia ser abominada ao máximo é que, em primeiro lugar, ultrapassa os limites habituais, depois os limites humanos, procura novos suplícios, recorre à imaginação para inventar instrumentos através dos quais a dor se diversifica e se prolonga. Ela se deleita com os sofrimentos dos homens. Neste caso, esta sinistra doença de alma atinge até o cúmulo da demência quando a crueldade se converte em prazer e já se deleita em matar um ser humano (SÊNeca, *Tratado sobre a clemência*, 2018, p.79).

O *Tratado sobre a Clemência* não era um projeto com princípios de igualdade e liberdade para os cidadãos romanos, mas sim era um plano de ação para o *princeps* governar os que estavam sob seu domínio. O estoicismo ainda previa que aos dominados não deveria existir o questionamento de suas posições sociais. Com essa dinâmica estoica de não se inquietar com o que era exterior ao indivíduo – nesse caso nos referimos ao questionamento sobre o papel cumprido por cada um dentro do Estado –, havia a prevenção de conflitos internos.

3.2. O CONTEXTO DAS ESTRUTURAS SOCIAIS NO IMPÉRIO ROMANO

A sociedade dividida em ordens sociais abastadas era a estrutura da hierarquia política do Império. Isso significa que existia a figura de um governante, seus pares e subordinados, que estavam coadunados com o *princeps* na administração; todos estes eram os privilegiados na hierarquia social. Nos estamentos inferiores da sociedade haviam a plebe, os libertos e os escravos com poucos, ou nenhum, privilégios.

Os critérios principais para pertencer às camadas superiores eram o nascimento, as posses e as riquezas – preenchendo esses requisitos, os indivíduos poderiam desempenhar os cargos superiores, e por consequência gozar de prestígio social.

Conforme Alföldy (1989), a concentração de poder estava nas mãos de poucos. Estes tinham o domínio da política, das práticas econômicas, e até mesmo da moral. Assim, a sociedade romana não era homogênea, pois havia um número menor de indivíduos abastados, quando comparado aos com menos posses.

Assim sendo, a posse de bens materiais oferecia ao sábio filósofo formas para praticar sua filosofia, pois para ele a ausência ou a partilha de bens não importava. O que

de fato era importante era a relação deste com os seus bens na tentativa de praticar a virtude e evitar as paixões que impediam a *ataraxia*. Além disso, de acordo com a mentalidade dos homens da Roma Antiga, o ócio com dignidade era fundamental para o exercício das filosofias e, para isso, era necessário riquezas.

Para Veyne (2016), a questão essencial da política era a conduta íntima do soberano e dos administradores no domínio. O estoicismo na política humanizava o sistema político do Principado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O império romano era uma organização moral, política e jurídica, que requeria a presença de um governante bem preparado. Para Sêneca, a autoridade do *princeps* não se legitimava na tirania: ao contrário, como preceptor do Nero, afirmava que a clemência era o ato de governar com moderação, e o melhor dos caminhos era viver sob o governo de um imperador justo e clemente.

O componente indispensável para o *princeps* clemente foi o exercício das virtudes, o que barrava as tendências tirânicas e contribuía para a ordem e domínio do povo. A doutrina estoica (difundida nos homens políticos de Roma) pregava a busca pela ética no campo político, ou seja, um governo administrado por sábios, e, principalmente por um *princeps* ideal – sábio e moralmente superior para com as questões públicas.

Conclui-se que, para os estoicos, o engajamento na política, antes de tudo, era fruto do ócio e cumprimento de um serviço para evitar o caos no Estado. A tranquilidade e a liberdade eram resultados de uma vida praticada à luz das virtudes.

REFERÊNCIAS:

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Tradução de Maria do Carmo Cary. 1ªed. Lisboa: editorial Presença, 1989.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia a história ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAVERSANI, Fábio. **As Formas do Império Romano**. FARVESANI, Fábio e JOLY, Fábio Duarte (org.). Mariana (MG):UFOP, 2014.

FINLEY, Moses. **História Antiga: Testemunhos e Modelos**. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1912.

ONESKO, Stéfani de Almeida. **O pensamento político estoico e a idealização do Governo de Marco Aurélio**. Dissertação (Mestrado em História), Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2017.150p.

SÊNECA, Lucius Annaeus. **Tratado sobre a clemência**. Tradução introdução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VEYNE, Paul. **Sêneca e o Estoicismo**. Tradução André Telles. São Paulo: Três estrelas, 2016.